

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo

Universidade Federal Fluminense-UFF,
Departamento de Serviço Social de Campos
Campos dos Goytacazes-RJ

Thamyres Siqueira Freire

Universidade Federal Fluminense-UFF,
Departamento de Serviço Social de Campos
Campos dos Goytacazes-RJ

Marlene Souza dos Santos

Universidade Federal Fluminense-UFF,
Departamento de Serviço Social de Campos
Campos dos Goytacazes-RJ

RESUMO: O objetivo deste texto é trazer algumas problematizações sobre as requisições e competências do assistente social no uso das regulações profissionais, das condições institucionais e técnicas de seu trabalho, abordando os fundamentos teóricos que embasam a análise do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. Pesquisa bibliográfica foi o ponto de partida, para a definição de indicadores para análise, tais como as concepções de Serviço Social e trabalho profissional. A concepção de Serviço Social é um indicador de difícil apreensão pela complexidade teórica e pela ausência de reflexão sobre os fundamentos do trabalho profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; mercado de trabalho; espaços sócio ocupacionais.

ABSTRACT: The objective of this text is to bring some problematizations about the requisitions and competences of the social worker in the use of professional regulations, the institutional and technical conditions of their work, and the theoretical foundations that support the analysis of Social Service in the social and technical division of labor. Bibliographical research was the starting point for the definition of indicators for analysis, such as the conceptions of Social Work and professional work. The concept of Social Service is an indicator of difficult apprehension due to the theoretical complexity and lack of reflection on the foundations of professional work.

KEYWORDS: Social Service; the labour market, sócio ocupacionais spaces.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto integra as reflexões realizadas no âmbito da pesquisa Mercado de trabalho e espaços sócio ocupacionais do Serviço Social nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense, financiada pela FAPERJ. É uma proposta de cooperação entre pesquisadores do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em

Cotidiano e Saúde (GRIPES), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Sociais Rurais e Urbanas (GEPPRU) e do Grupo de Assessoria ao Trabalho do Assistente Social (GATAS) do Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense. Compõe um dos eixos temáticos que fundamentam a investigação, relacionado à análise das requisições e competências do assistente social no uso das regulações profissionais, das condições institucionais e técnicas de seu trabalho e dos marcos do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Parte do pressuposto de que elucidar a inserção do Serviço Social no mercado de trabalho e nos espaços sócio ocupacionais na atualidade exige a problematização de seus fundamentos, que têm no trabalho seu núcleo central e precisam ser apreendidos pelo coletivo profissional.

Para abordar este tema, nos valem de dados extraídos das fontes secundárias de pesquisa, ou seja, trabalhos publicados por assistentes sociais e intelectuais da área. A metodologia adotada definiu indicadores para a análise da documentação, entre eles, o que nos interessa são as concepções do Serviço Social e de trabalho profissional presentes no material analisado.

Pretendemos com este texto trazer algumas problematizações envolvidas no debate sobre o Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, especialmente no que tange às requisições e competências do assistente social no uso das regulações profissionais, das condições institucionais e técnicas de seu trabalho e dos marcos do projeto ético-político do serviço social brasileiro.

2 | PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO CONTRADITÓRIA ENTRE PROJETO PROFISSIONAL E TRABALHO ASSALARIADO: NOSSO PONTO DE PARTIDA

Para desenvolvermos a reflexão sobre as requisições e competências do assistente social no uso das regulações profissionais, das condições institucionais e técnicas de seu trabalho e dos marcos do projeto ético-político do serviço social brasileiro, precisamos situar esta profissão na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista madura nos marcos do capitalismo monopolista. Em destaque, colocamos a relação contraditória entre o projeto profissional e o trabalho assalariado, que coloca para o/a assistente social os dilemas da alienação, uma vez que está submetido ao poder dos seus empregadores (Estado, organizações não governamentais e empresariais), na condição de trabalhador (a) assalariado (a), com relativa autonomia. Outro ponto relevante é a questão da precarização face às condições de trabalho do assistente social, que repercute diretamente no seu fazer profissional.

Esta análise da profissão na sociedade de classes remonta os escritos de importantes autores da área, a saber: Iamamoto (1982, 2012) e Netto (2009), que situam o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista,

no seu estágio monopolista. Esta profissão participa dos processos de produção e reprodução social por meio das respostas que o Estado e as classes dominantes constroem para a questão social, que expressa as lutas de classes contra a exploração do trabalho e pela apropriação de bens e serviços frutos do trabalho coletivo.

A interlocução com a teoria social de Marx trouxe importantes contribuições para a ruptura da profissão com o legado conservador de sua origem, de raiz positivista e funcionalista, a partir da análise do Serviço Social na sociedade de classes.

A construção dos projetos profissionais recebe interferências das forças sociais e políticas que protagonizam distintos projetos societários, podendo a categoria profissional estabelecer estratégias políticas que reforcem os interesses das classes trabalhadoras e dos grupos subalternos.

Desde a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, em 1982, o Serviço Social vem sendo pensado como expressão do trabalho coletivo na divisão sociotécnica do trabalho e os (as) assistentes sociais como trabalhadores (as) assalariados (as).

Iamamoto (2012, p.31) adverte que, embora tenha sido disseminado na formação profissional e no exercício profissional a tese do Serviço Social inserido na divisão do trabalho, que tem no trabalho o valor central, os fundamentos teórico-metodológicos que lhe servem de base não foram apreendidos pelo coletivo da profissão. Muitos dilemas da profissão decorrem do fato de que as abordagens sobre trabalho e reprodução das relações sociais são tomadas como um dado e não como um problema.

O trabalho na sociedade capitalista tem sido apreendido apenas como trabalho concreto e seu processo técnico-material encontra-se esvaziado de sua dimensão de trabalho abstrato, que é a marca do caráter social do trabalho nessa sociedade (Idem).

No âmbito da categoria, é muito comum a busca pela qualidade e diferença do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais em relação a outras profissões. Na busca da legitimidade, há um superdimensionamento da sua utilidade social no atendimento a necessidades sociais, mas há supressão de sua unidade enquanto parte do trabalho social médio comum ao conjunto dos trabalhadores assalariados que participam do circuito da produção ou distribuição do valor e/ou da mais valia.

Ao problematizar as requisições e competências do assistente social, no uso das regulações profissionais, das condições institucionais e técnicas de seu trabalho na sociedade capitalista contemporânea, é preciso considerar que como trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um salário, este profissional também está submetido aos mesmos constrangimentos que subordinam o conjunto dos trabalhadores assalariados, o que supõe ultrapassar a análise que reduz a prática do assistente social a uma relação entre profissionais e os sujeitos a quem presta serviços, tal como analisa Raichelis (2011).

As condições em que se dá a mercantilização da força de trabalho do assistente social pelo seu assalariamento e pelas formas pelas quais ingressa ou não na valorização do capital não tem sido objeto de reflexão. Pouco investimento teórico

tem sido destinado à pesquisa e ao debate do processo de trabalho em que os assistentes sociais estão inseridos, em diferentes espaços sócio ocupacionais, não tendo destaque as formas de mercantilização dessa força de trabalho profissional, em sua dupla dimensão: trabalho concreto e trabalho abstrato. “Compreende-se que não se trata de um pressuposto abstrato, no sentido de ser uma mera concepção teórica, mas sim real e concreto, devendo ser analisado na realidade profissional”. (SANTOS; MANFROI, 2015, p.179)

Para além da análise endógena da profissão, essa falta de aprofundamento sobre as relações no entorno do trabalho do assistente social decorre da pouca problematização e das polêmicas referentes aos fundamentos da concepção de trabalho em Marx e de como isso é apreendido no significado da profissão na reprodução das relações sociais capitalistas.

Na análise do trabalho, o desafio é considerar a dimensão de totalidade, no sentido de apreender sua historicidade na sociedade capitalista e o significado social do trabalho no processo de produção e reprodução social em contextos históricos determinados.

Existem visões reducionistas da própria concepção de trabalho em Marx, sendo importante sinalizar a tendência de enfatizar a dimensão ontológica do trabalho dissociada das formas históricas de realização do trabalho na sociedade capitalista; a tendência de conceber o trabalho na sociedade capitalista restrito ao trabalho material como transformação direta da natureza; a tendência de segmentar a produção e a reprodução da força de trabalho. Face às questões subjetivas, Santos e Manfroi (2015, p.180) afirmam:

Aliados às condições objetivas do trabalho – baixos salários, contratações temporárias, precarização dos vínculos e das condições de trabalho encontram-se, ainda, os aspectos subjetivos, quais sejam, as ideologias neoliberais, as concepções pós-modernas e neoconservadoras [...]

Na análise dessas tendências, o que podemos perceber é que não se considera as relações sociais concretas nas quais se insere o trabalho profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais, correndo o risco da análise deixar de apreender os processos através dos quais a força de trabalho de assistentes sociais se inserem e/ou participam dos circuitos de mercantilização e valorização do capital. As políticas sociais e espaços ocupacionais não devem ser analisados de forma linear sob pena de não apreender as modificações decorrentes das novas configurações que surgem no mercado de trabalho. (RAICHELIS, 2013)

É preciso apreender o significado do trabalho na sociedade burguesa, considerando indissociável a relação entre a produção de bens materiais e imateriais, que não pode ser desvinculada da forma social em que é realizada. O trabalho produtivo ou improdutivo, para Marx, não se reduz à sua dimensão material.

Segundo Iamamoto (2009), é impossível dissociar alienação e trabalho assalariado, o que acaba por repercutir no trabalho do assistente social e na efetivação

da sua autonomia profissional.

Mesmo inserido no processo decorrente do capital, como trabalhador assalariado, o assistente social, por seus princípios éticos, luta contra as formas de exploração. No entanto, esse sistema não é estático, mas está em constante mudança para que o mesmo reafirme sua hegemonia. Nas palavras de Marx (2013), em *O Capital*: “O capitalismo não é nada se não estiver em movimento”. O assistente social precisa relutar contra um processo de alienação, e ao mesmo tempo atuar em consonância com os princípios da profissão, visando novas estratégias que só advêm por meio de constante aprimoramento, para que não se torne instrumento multiplicador para o capital ou que opere em favor dele.

Também é preciso pontuar que as reproduções das relações sociais não se restringem à reprodução dos meios de produção, ou seja, força de trabalho e meios de produção. Para além da produção material, também são gerados valores, ideologia, senso comum, formas de consciência social. A produção social é também produção de relação social entre as pessoas, entre as classes. A noção de classe social precisa ser pensada como conjunto heterogêneo de assalariados que vivem da venda da sua força de produção e que são despossuídos dos meios de produção. É preciso situar o debate sobre o trabalho dos assistentes sociais no campo dos serviços – campo amplo e heterogêneo – no qual eles atuam como trabalhadores assalariados.

3 | SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS

Quando tomamos as concepções do Serviço Social e problematizamos os seus fundamentos teóricos, observamos que elas aparecem de forma diluída nas reflexões específicas de cada política social. O Serviço Social aparece como prática, práxis, trabalho, exercício profissional, fazer profissional, agir profissional, sem que de fato estejam em questão as implicações teórico-metodológicas do uso dessas terminologias.

Há uma afirmação genérica do Serviço Social enquanto profissão inserida na “divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo”, referenciadas em Marx e em autores desta profissão, tais como Lamamoto, mas sem aprofundamento dos fundamentos teóricos e históricos. Segundo Lamamoto (2012, p.213-214),

A análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizada nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram alvo privilegiado da referida produção.

O aprofundamento exigido requer transitar da reflexão da profissão para o efetivo exercício profissional que se concretiza como trabalho assalariado, sujeito à alienação, através de distintas mediações sociais e institucionais. É preciso, portanto, compreender as determinações da mercantilização desta atividade profissional

inscrita na divisão social e técnica do trabalho no capitalismo, além da legitimação e utilidade social da profissão. Raichelis (2013) sugere uma análise que caminhe na direção de “um conhecimento mais amplo sobre os processos de trabalho, os meios de que dispõem o profissional para realizar sua atividade, a matéria sobre a qual recai a sua intervenção, e também um conhecimento mais profundo sobre o sujeito vivo responsável por esse trabalho, [...]”.

O campo dos serviços é por excelência o lócus do exercício profissional no contexto das políticas sociais, nas quais é demandada essa força de trabalho assalariada. Nesse sentido, o desafio é apreender as formas pelas quais o trabalho do assistente social ingressa ou não na produção e/ou distribuição do valor e da mais valia.

Assim sendo, a natureza do trabalho no setor de serviços e as novas formas de extração do valor nas diferentes relações de trabalho bem como a interpenetração entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, trabalho material e imaterial, entre produção de mercadorias e produção de serviços deve ser estudada.

A reestruturação produtiva e do trabalho em curso, a incorporação da ciência e da tecnologia aos processos de produção e gestão do capital reconfigurou o setor de serviços, desde a década de 1970. Antunes (1999) afirma que a expansão do trabalho em serviços em esferas não diretamente produtivas, mas que estão relacionadas ao trabalho produtivo, é uma característica importante da noção ampliada de trabalho.

O trabalho em serviços não se autonomiza do trabalho em geral desenvolvido por trabalhadores assalariados, ainda que com particularidades no caso de um tipo especializado de atividade realizado por agentes qualificados em nível superior e no âmbito estatal, como é o caso do assistente social. (RAICHELIS, 2016, p. 9)

Serviço é trabalho. Mas há polêmicas sobre a natureza produtiva ou improdutivo do trabalho no setor de serviços. (DAL ROSSO, 2014).

Neste setor de serviços é que ocorre a maior precarização e intensificação do trabalho, cujas atividades são mais desvalorizadas e os salários mais baixos. Quando se trata de problematizar o setor de serviços, também o componente feminino, ou dimensão sexual da divisão social e técnica do trabalho precisa ser pensado, especialmente pela precarização do mercado de trabalho.

No que se refere à profissão de Serviço Social, composta majoritariamente por mulheres, a discussão das relações entre gênero e trabalho remete à reflexão sobre a feminização do trabalho, no sentido daquelas profissões que são vistas socialmente como “profissões femininas” não apenas pelo sexo de quem as constitui, mas pela função que exercem vinculada a esferas da vida reprodutiva, como educar, cuidar, prestar serviços, acolher, atributos considerados socialmente como pertencentes à vida privada sob responsabilidade das mulheres. No caso do trabalho de assistentes sociais, o enfoque da divisão sexual do trabalho traz um leque de novas questões que incidem hoje no mercado de trabalho e nas relações institucionais, notadamente no campo dos serviços, que precisam ser mais debatidos e pesquisados. (Idem, p.10)

Iamamoto (2012, p. 104) afirma que “com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a elas impostas

no mercado de trabalho.” Além de profissional, a mulher tem sido submetida a papéis específicos no seu lar, como as atividades domésticas e o cuidado com os filhos.

Há que se considerar as relações de poder entre homens e mulheres como produto de um processo histórico que considera as diferenças advindas destas o resultado de uma construção social que reafirma o paradigma de dominação masculina. Isto é, impingindo à mulher um comportamento por vezes submisso, tanto nas relações sociais quanto modelo de comportamento a ser seguido no campo profissional.

Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres. (HIRATA, 2002, p.144)

A divisão sexual do trabalho é um modo de exploração capitalista sobre a força de trabalho e vem a ser expressão das diferentes desigualdades existentes na relação de gênero. Isso porque há diferença de salários, de oportunidade de vagas de emprego, valorização do trabalho masculino sobre o feminino, entre outras. Homens e mulheres não possuem as mesmas oportunidades profissionais. Para elas, a jornada de trabalho é maior, o salário é menor e há opções de inserção no mercado de trabalho, vinculadas a atividades domésticas como educar, orientar e cuidar. Para eles, são destinadas profissões relacionadas à produção e ao poder.

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, porém majoritariamente o assistente social realiza seu trabalho de forma assalariada, o que o faz vivenciar os mesmos dilemas e desafios que os demais trabalhadores e usuários de seus serviços. (CAVALCANTE, PREDES, 2010).

São lugares comuns nessa conjuntura: a precarização do trabalho, a insegurança do trabalho, formas flexíveis de contratação, redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, baixos salários, ausência de perspectivas profissionais, diferentes formas de intensificação do trabalho, estratégias de gerenciamento e controle do trabalho que pressionam pelo aumento da produtividade e cumprimento de metas e resultados.

No que tange às relações de trabalho, os assistentes sociais tendem a se inserir no mercado de trabalho pela terceirização e subcontratação também no âmbito governamental, sofrendo a desproteção social e trabalhista, a negação dos direitos e a do trabalho e da vida. “[...] estamos presenciando um “novo” tipo de precarização social do trabalho que atinge a todos indiscriminadamente, embora com graus e intensidade distintos, mas cuja unidade é dada pelo caráter permanente e não mais provisório desta condição” (DRUCK, 4 2008 apud RAICHELIS, 2013, p.3)

Deste modo, o profissional de Serviço Social também está submetido a mecanismos de exploração, dominação e alienação, participando, como trabalhador assalariado da valorização do capital.

São desafios para essa profissão: o exercício da autonomia do profissional, a qual está resguardada pela legislação profissional e é passível de reclamação judicial

(IAMAMOTO, 2017, p.14), pode sofrer os constrangimentos do trabalho alienado, sendo tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social. “A condição assalariada envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, estabelecendo condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário...” (Idem, p.15). Além de baixo nível salarial e de sindicalização, a Lei nº 12.317/ 2010, que normatiza carga horária semanal de trinta horas de trabalho sem redução do salário do assistente social, vem sendo descumprida por grande parte dos empregadores.

Bourdieu (1998 apud SANTOS; MANFROI, 2015) vincula o processo de precarização do trabalho como parte do processo neoliberal que vai minando as relações entre os trabalhadores e as organizações dos mesmos enquanto classe. A perpetuação do individualismo, advindo de muitas práticas neoliberais, corrói e desestrutura os coletivos enquanto organizações, multiplicando assim pontos cruciais para fomentar esse modelo econômico a alienação e a falta de visão e organização dos trabalhadores enquanto classe. “A precarização do trabalho, desta forma, é um fenômeno importante na contemporaneidade e origina uma expressão que vem definir um novo segmento de classe: o precariado.” (Idem, p.182)

O assistente social é duplamente atingido pela precarização, visto que o mesmo vende sua força de trabalho e mesmo sabendo da lógica e dinâmica do capital não se exclui a ela, pois é trabalhador assalariado. O outro viés em que a precarização o atinge é no seu fazer profissional.

[...] os assistentes sociais, que são majoritariamente contratados pelo Estado, deve-se compreender a precarização em um sentido mais amplo, tanto com relação às condições de acesso e inserção no mercado de trabalho desprotegido, quanto às condições de trabalho no espaço institucional propriamente dito. Assim, no caso do Serviço Social, uma mediação para que a precarização do trabalho seja entendida é a política social, na sua relação com o fundo público, pois o trabalho do assistente social está atravessado pelas determinações desta. “(SANTOS; MANFROI, 2015, p.186)

São requisições e competências do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, resguardados por lei: os estudos socioeconômicos, a orientação a indivíduos, grupos e famílias, assessorias e consultorias, supervisão técnica, formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos, mobilização social e práticas educativas, instruções sociais de processos, sentenças e decisões, formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa magistério, direção e supervisão acadêmica, nos termos definidos por lamamoto (2017, p.16-17).

Nesse sentido, o assistente social deve qualificar, no exercício da profissão, a contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais previstos nas políticas sociais e a dimensão educativa, que incide sobre a cultura das classes subalternas, nos seus modos de ser, ver, viver e sentir a vida, buscando dar visibilidade ao seu trabalho ao seu trabalho no campo das políticas sociais, afinando essas competências e atribuições com as demandas da classe

trabalhadora da qual também é parte, para que haja transparência da direção ético-política desta profissão, do que há de coletivo nas demandas trazidas pelos indivíduos sociais nos atendimentos, plantões, entrevistas de seleção socioeconômica, atividades grupais e outras capturadas pelos seus instrumentos de trabalho.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho no âmbito do Serviço Social precisa ser problematizado. A profissão de Serviço Social é um trabalho e o assistente social é um trabalhador assalariado, recrutado pela estruturação de um mercado de trabalho que o requisita a ocupar lugares específicos na divisão social, sexual e técnica do trabalho, respondendo às requisições ditadas pela dinâmica da luta de classes e destas com o Estado, no movimento progressivo de regulação e produção de respostas institucionais às demandas postas pelas contradições da questão social. A concepção de Serviço Social é um indicador de difícil apreensão pela complexidade teórica e pela ausência de reflexão sobre os fundamentos do trabalho profissional.

O Serviço Social e os demais trabalhadores no campo das políticas sociais são atingidos, sobremaneira, pela reestruturação produtiva e do trabalho, que redimensiona as relações, condições e organização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Por conseguinte, as funções de elaboração, execução e gestão das políticas sociais e a mediação do acesso a direitos das classes trabalhadoras e grupos subalternos estão em xeque.

Ao trabalhar diretamente na operacionalização das políticas sociais, lidando com duas interfaces do Estado, sempre haverá pressão tanto institucional, que exige do assistente social efetividade, quanto dos usuários dessas políticas, que conseguem percebê-lo como a ponte entre sociedade e poder público.

Persiste a necessidade de uma abordagem do processo de trabalho em que se insere o assistente social, pensando de forma dialética, o panorama micro/ macro, levando-se em conta a relação face-a-face com usuários das políticas sociais e o papel do Estado nesse cotidiano plurifacetado. Analisando o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas instituições, torna-se imperativo analisar como se constroem as ações do assistente social, que ao transformar objetivos institucionais em trabalho prático acaba por perder a direção social da profissão, proposto tanto pelo Código de Ética quanto pela Lei de Regulamentação da Profissão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CAVALCANTE, G.M.M.; PREDES, R. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Libertas**. Juiz de Fora,

v.10, n.1, p. 1 - 24, jan./ jun. 2010.

DAL ROSSO, Sadi Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**. Salvador, UFBA, n.70, v.27, jan./ abr. 2014.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 17-18, p.139-156, 2002 .

IAMAMOTO, Marilda V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.128, p.13-38, 2017.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, p. 341-375, 2009.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Prefácio da primeira edição.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel et al. **Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho**: notas sobre os fundamentos do trabalho profissional. PROCAD Casadinho PUCSP, UFAL e UFRJ, Mesa coordenada, ENPESS, 2016. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL, 15. Ribeirão Preto, SP, 2016.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 116, p. 609-635, dez. 2013.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.107, jul./set. 2011.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho dos assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p.178-196, 30 jun. 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

